



GTNM-RJ: 30 ANOS DE RESISTÊNCIA

Estela Scheinvar

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

estela@uerj.br

*Será justo considerar esgotada a tarefa de dar testemunho,
coisa que então era sentida como necessidade e dever imediato?*

A resposta só pode ser uma.

Não é lícito esquecer, não é lícito calar.

Se calarmos, quem falará?

(Primo Levi, 2016, p.4)

Marilene Nogueira me deu uma notícia da maior relevância – e coerente com a linha editorial da TRANSVERSOS: um número especial pelos 30 anos do Grupo Tortura Nunca Mais-Rio de Janeiro estava sendo organizado. Um Grupo cuja história convoca a todos a pensar nos motivos que levaram à sua existência e, o que é mais grave, à sua atualíssima permanência. Um convite se segue para que um escrito meu compusesse tal edição, que penso declinar por considerar que outros mais ativos na luta contra a tortura ou pessoas que tiveram experiências dessa ordem ou aqueles que são estudiosos do tema devem prevalecer. Dias após, Cecilia Coimbra entra em contato comigo informando-me da organização da publicação – da qual ela e Joana D’arc também fazem parte ao lado da Marilene – dizendo que considera importante o meu registro, como filha de exilados da ditadura civil militar de 1964.

Sempre me pareceu que, ao lado dos que foram presos e torturados, as dores de uma pessoa que teve o amparo do exílio não estariam à altura dos que viram de frente a morte, o desaparecimento dos familiares, o dilaceramento físico e moral com o terror da perseguição diária. Como se a dor, como todo sentimento, estabelecesse graduações que credenciassem algumas de suas formas e minorasse as não tão epopéicas. “– O teu depoimento seria importante”, dizia Cecilia, levando-me a pensar que não ter sido uma perseguida política *no* Brasil, mas sim *do* Brasil, nos anos ditatoriais, não desqualifica a minha experiência de exilada desde os nove anos, com a carga de dor, perseguição, força e potência que a vida de resistência permanente

impõe. Dizer que nos anos ditatoriais estive fora do Brasil está longe de comparar o exílio com tempos de relaxamento, ou de desligamento da repressão que acontecia todos os dias. Muito pelo contrário.

A saga do exílio e o compromisso das famílias dos exilados, na minha experiência no México, sempre foram marcados, acima de tudo, pelo aprendizado da solidariedade. Em casa e entre companheiros, a prática solidária dava sustentação às vidas dos que se comprometiam com uma sociedade sem exploração e sem autoritarismo. Nossas atividades eram conduzidas por atos concretos como, entre outros, receber os que chegavam – sempre em condições desastrosas –, enviar para o Brasil as notícias que a ditadura escondia – dentre as quais sobressaíam a morte ou a prisão-tortura dos que “caíam” –, difundir o que ocorria no Brasil para o mundo, buscando apoio das forças internacionais e que, “do mundo”, algo chegasse aos brasileiros que eram impedidos de conhecer que em seu país se governava com tortura e extermínio. Informar e denunciar a prisão ou o desaparecimento de companheiros era uma tarefa de enorme risco dentro do Brasil, enfrentada por movimentos sociais, embora muitas vezes, apenas possível por meio do fluxo internacional. A pressão internacional foi uma aliada fundamental para mostrar ao mundo e aos próprios povos dos países sob ditadura o que acontecia em solos em que as botas militares pisoteavam a população.

Em um exercício constante, receber notícias e fazê-las circular foi uma das tarefas mais assíduas dos círculos de exilados, para informar a familiares o paradeiro de seus “desaparecidos”, para advertir aos que não sabiam que alguém tinha caído e o cerco a outros companheiros se fechava, para dizer ao mundo o que acontecia no país cuja autopromoção se dava impondo o silêncio interno, com eufemismos como “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Não “deixar o Brasil” e fazer o mundo saber que as águas praieiras continham sangue de militantes jogados do espaço aéreo e que das vistas do alto dos morros ou por baixo da grama do famoso futebol escondiam-se as masmorras ditatoriais, era uma tarefa diária e sempre urgente. Tarefa que, pouco a pouco, foi ampliando-se, acompanhando a intensificação, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, do corrimento de sangue no continente Latinoamericano, com as ditaduras de Bolívia, Guatemala, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Nicarágua, El Salvador..., todas tendo como suporte as forças políticas dos Estados Unidos e o amparo aos

refugiados, na América, de países como México, Costa Rica ou Cuba, que se solidarizavam com as lutas antiditatoriais¹.

No Brasil, a resistência à ditadura foi ampliando-se em fins dos anos 1970 e um dos atos coletivos de coragem mais importante foi a denúncia pública da existência de presos cujos paradeiros eram desconhecidos. A procura e a proteção de presos e o esclarecimento sobre o ocultamento dos corpos de pessoas assassinadas que passaram a ser registradas como “desaparecimento”, foi o mote principal do livro publicado em 1979, *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 1979), contendo centenas de processos que deixavam clara a extensão e a intensidade da repressão física exercida por militares e equipes civis que com eles colaboravam, com uso de arbitrariedade, crueldade e covardia. Pela primeira vez era ampla e abertamente registrada, publicada, divulgada, no Brasil, a prática que dava sustentação à ditadura instalada em 1964. Entretanto, o extenso volume de dados contidos na obra não conseguia registrar a expansão da violência instaurada. Dados ocultos, mortos sem registro, naturalização da violência, ameaças que impõem o silêncio, em suma, só a possibilidade de que aqueles que viveram a repressão cotidiana comessem a contar a sua história e a buscar as informações escondidas, os esclarecimentos devidos, abriria as portas para a construção de uma história fiel aos movimentos ocorridos. Nesse contexto, com a derrocada da ditadura, na década de 1980 é fundado o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Com a anistia que permitiu aos exilados voltar ao país e tirou da ilegalidade a livre organização política, muitos se perguntaram: para que falar do passado? A resposta de Primo Levi (2016), na epígrafe deste texto, deixa claro que a história sempre é contada. A disputa está em como é contada: “se calarmos, quem falará?” (p.4). Como diz o poeta que sobreviveu aos campos de concentração de Hitler, dar a conhecer das barbaridades é uma necessidade e um dever. Calar é ilícito! Voltar do exílio e poder falar, perguntar, lutar, sem a necessidade de recorrer a subterfúgios, a figuras e meios internacionais para esquivar-se da repressão, fortaleceu a organização de todos os que tinham histórias a contar, contas a saldar, corpos a encontrar, retornos a construir. Momentos de celebração e luta, pois aqueles que usaram o

¹ Importante registrar que o acolhimento a exilados e a abertura à organização de movimentos de resistência, bem como à divulgação das notícias vedadas nos países em que as ditaduras se instalavam, se davam em meio a conflitos internos dos mesmos países, com aguda repressão em alguns casos.

espaço público, os recursos públicos, os cargos de governo e que teriam que contar as histórias silenciadas, prestar contas de sua gestão à população, não só não se comprometeriam frente às atrocidades cometidas, como tinham força política para encontrar nos governos que assumiam a Nova República respaldo para continuar em seu silêncio... e com algumas das suas práticas.

Anistia como novo momento e novas formas de luta é o que vive o GTNM-RJ. A violência e a arbitrariedade são muito mais que contas a saldar. Não há “reparação de dano” como quer o linguajar jurídico, encenando um final feliz para os que foram presos, torturados, perseguidos, para as famílias dos que nunca mais voltaram, para os que continuam à busca das histórias e dos corpos dos parentes e companheiros de luta, para os que puderam ou nunca puderam voltar a pisar o Brasil, abraçar os seus queridos e continuar a sua luta na terra natal. Não há final feliz! Desde a criação do GTNM-RJ as trincheiras foram ampliadas, pois não só as contas dos anos ditatoriais estão em pauta, como toda forma de tortura que desde a colonização européia é usada como técnica de governo. A experiência da II Guerra Mundial permite que Levi afirme, em relação à tortura e à existência dos campos de concentração, que “todas as técnicas, depois de encontradas, vivem de vida própria, em estado de potência, à espera da oportunidade que as leve de novo ao ato” (2016, p.9). E não têm faltado “oportunidades” àqueles que governam contra muitos, em favor de grupos que se orgulham de massacrar os que estão sob seu domínio.

O GTNM-RJ não foi fundado para inventar ou resolver problemas, mas para fazê-los coletivos, para difundi-los, para juntar forças e ampliar as lutas contra a tortura. A banalização da violência em suas diversas formas, entre as quais o extermínio, tem sido correlativa à sua ampliação. Exterminar alguns, constranger outros, usar da arbitrariedade em nome de palavras como segurança, propriedade privada, boa vida, tem justificado toda sorte de abuso. A ditadura não acaba por decreto, mas por transformação de práticas. E a história das últimas décadas do Brasil mostra que ela ainda está em nós, mesmo quando o exílio deixe de ser um imperativo. Dar continuidade às lutas, como faz o GTNM-RJ, confirma que o exílio não tem que ser uma rota de afastamento, pois é um espaço extensivo à garra ditatorial. No Brasil ou no exílio, a ditadura persegue aos que ela bane, pois como diz Mia Couto, “a viagem não começa quando se percorrem distâncias, mas quando se atravessam as nossas fronteiras interiores” (2006, p.65).

Não pode ser que os que esconderam, mentiram, silenciaram a história, sejam os gestores das nossas lutas, nem os autores das nossas memórias. Se o vivido é inaceitável, é imperativo que seja conhecido. A história é um patrimônio porque nos constitui; é parte do que construímos como humanos. O temor a conhecer a história provém daqueles que temem seus atos, que se envergonham das barbaridades cometidas, dos que naturalizam a brutalidade como uma prática necessária para governar. As múltiplas versões da história são armas poderosas para pensar e lutar; desafiam o pensamento único e os métodos autoritários.

Uma experiência singular do GTNM-RJ é a outorga da Medalha Chico Mendes, todos os anos, na data do golpe militar de 1964. Uma homenagem a lutas que são apagadas, ocultas, exterminadas, satanizadas pelos meios de comunicação e pelos órgãos públicos. São homenageados defensores de povos, trabalhadores, movimentos; profissionais comprometidos com lutas pela liberdade; perseguidos, assassinados, ameaçados, enfim, pessoas inglórias para o poder estabelecido e para grupos que continuam a dominar o Brasil. A outorga da Medalha Chico Mendes é, entre tantas outras coisas que podem ser vividas, uma aula da contra-história do Brasil. É um espaço potente da luta singular que tem a força que nem a morte apaga. A morte violenta institucional e a tortura nos convocam para conhecer a história escrita com sangue que se quer apagada porque envergonha. Orgulho não é ocultar as práticas, mas registrá-las e combater a brutalidade: enfrentar toda forma de exploração, opressão e discriminação. Defender a vida livre. Assim é o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: um espaço em que a vida é soberana e a tortura abominável.

Pela vida, pela paz
Tortura Nunca Mais

Referências bibliográficas

- ARNS, Don Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- LEVI, Primo. *A assimetria e a vida*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

Estela Scheinvar. Socióloga. Professora associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pós-doutorado sob a supervisão do Professor Edson Passetti - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Graduação em Sociologia - Universidad Nacional Autonoma de Mexico ; E-mail: estela@uerj.br

Artigo recebido para publicação em: Janeiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

SCHEINVAR.Estela. GTNM-RJ: 30 anos de resistência.**Revista Transversos.** “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”. Rio de Janeiro, n^o. 12, pp. 184-189, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33660

